

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante
DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2013	35.055,49	0,00	0,00	35.055,49	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2014	350.077,68	0,00	0,00	350.077,68	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2015	694.918,70	0,00	0,00	694.918,70	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2016	371.948,63	0,00	0,00	371.948,63	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	45.299,73	0,00	0,00	45.299,73	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2018	35.315,88	0,00	0,00	35.315,88	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2019	24.240,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.240,76
EXERCÍCIO 2020	84.655,50	0,00	975,00	0,00	0,00	0,00	83.680,50
EXERCÍCIO 2021	33.254,57	0,00	16.798,00	0,00	0,00	0,00	16.456,57
EXERCÍCIO 2022	917.527,74	0,00	876.017,37	11.490,19	46.024,43	0,00	76.044,61
EXERCÍCIO 2023	0,00	2.865.470,95	0,00	0,00	0,00	0,00	2.865.470,95
Sub-total 1 2	2.592.294,68	2.865.470,95	893.790,37	1.544.106,30	46.024,43	0,00	3.065.893,39
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2012	706,00	0,00	0,00	706,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2013	135.540,04	0,00	0,00	135.540,04	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2014	1.053.704,16	0,00	0,00	1.053.704,16	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2015	289.712,87	0,00	0,00	289.712,87	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2016	5.294,20	0,00	0,00	5.294,20	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	183.296,40	0,00	0,00	183.296,40	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2018	620.158,45	0,00	0,00	620.158,45	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2019	48.271,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.271,41
EXERCÍCIO 2020	709.807,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	709.807,18
EXERCÍCIO 2021	316.107,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	316.107,88
EXERCÍCIO 2022	1.479.814,96	0,00	993.375,49	3.326,00	0,00	46.024,43	437.089,04
EXERCÍCIO 2023	0,00	676.406,18	0,00	0,00	0,00	0,00	676.406,18
Sub-total 1 3	4.842.413,55	676.406,18	993.375,49	2.291.738,12	0,00	46.024,43	2.187.681,69
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	149.616,46	1.088.046,99	977.508,41	0,00	0,00	0,00	260.155,04
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	76.674,90	265.463,59	254.632,05	87.506,44	0,00	0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	1.125.640,86	201.355,86	150.989,43	1.176.007,29	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	211,90	633,84	657,20	188,54	0,00	0,00	0,00
ISS	108.801,55	96.772,93	68.217,06	137.357,42	0,00	0,00	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA	180.260,91	17.036,88	25.157,92	172.139,87	0,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	183.017,22	47.880,01	34.980,07	195.917,16	0,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	382,47	0,00	0,00	382,47	0,00	0,00	0,00



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante
DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	148.579,72	415.452,84	416.188,40	147.844,16	0,00	0,00	0,00
OUTROS DEPÓSITOS	165.637,72	74.578,92	500,00	239.716,64	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	0,00	2.276,68	2.082,51	194,17	0,00	0,00	0,00
Sub-total 4	2.138.823,71	2.209.498,54	1.930.913,05	2.157.254,16	0,00	0,00	260.155,04
TOTAL 5	9.573.531,94	5.751.375,67	3.818.078,91	5.993.098,58	46.024,43	46.024,43	5.513.730,12





INFORMAÇÕES GERAIS:

Fundo Municipal de Saúde CNPJ: **10.759.784/0001-90**
Rua Domingos Braga, Centro – CEP 55.890-000 – Aliança-PE

O Fundo Municipal de Saúde concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Público” possui como atividade principal “Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.788/2022 de 07 de Novembro de 2022 (LOA). Sua fonte financeira deriva do recebimento de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e outras fontes de arrecadação definidas em Lei.

Dados do Gestor:

Nome: Gleisy Tavares de Araújo. Cargo: Gestora. Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com
Nome: Rochana Adrielly de Lira Tavares. CRC-PE n.º 22.340/O-9 E-mail: rochana975@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 438/2012 e portaria nº 1.131 de 04 de dezembro de 2021, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 10ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela portaria STN nº 548/2015 com a implementação dos procedimentos patrimoniais, com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, demais créditos e valores a curto prazo e outros créditos a receber e valores a curto prazo) e Ativo Não Circulante (imobilizado e depreciação, exaustão e amortização acumuladas) No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, fornecedores a conta a apagar em curto prazo e demais obrigações em curto prazo).



No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2023 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2023 soma R\$4.273.162,19 (quatro milhões duzentos e setenta e três mil cento e sessenta e dois reais e dezenove centavos), diminuindo em R\$ 1.910.049,98 (um milhão novecentos e dez mil e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos), em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$6.183.212,17 (seis milhões cento e oitenta e três mil duzentos e doze reais e dezessete centavos).



1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2023, R\$4.252.360,02 (quatro milhões duzentos e cinquenta e dois mil trezentos e sessenta reais e dois centavos), houve uma diminuição com relação a 2022 de R\$ 1.930.852,15 (hum milhão novecentos e trinta mil oitocentos e cinquenta e dois reais e quinze centavos).

1.1.2 Demais créditos e valores a curto prazo

A soma dos demais créditos e valores a curto prazo em 31/12/2023 foi de R\$0,00 (zero reais), permanecendo com o mesmo valor com relação a 2022.

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Imobilizado

Imobilizado aos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2022 totalizou R\$6.354.239,08 (seis milhões trezentos e cinquenta e quatro mil duzentos e trinta e nove reais e oito centavos). No exercício de 2023 chegou ao montante de R\$ 7.625.446,88 (sete milhões seiscentos e vinte e cinco mil quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos) sendo:

Descrição	2023	2022
Bens Móveis	6.935.937,42	5.523.484,31
Bens Imóveis	1.421.879,17	1.421.879,17
Depreciação, exaustão e amortização acumuladas	-732.369,71	-591.124,40
Total	7.625.446,88	6.354.239,08

No decurso do exercício de 2023 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio do Fundo Municipal de Saúde nas contas Bens Móveis (aumento de R\$ 1.412.453,11 (hum milhão quatrocentos e doze mil quatrocentos e cinquenta e três reais e onze centavos em relação ao ano de 2022) e Imóveis (permanecendo com o mesmo valor de 2022), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens Imóveis, registrado o valor global dos imóveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para



reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.2 Depreciação

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2022 está acumulada em R\$ - 591.124,40 (quinhentos e noventa e um mil cento e vinte e quatro reais e quarenta centavos) e em 2023 o valor de R\$ -732.369,71 (setecentos e trinta e dois mil trezentos e sessenta e nove reais e setenta e um centavos). A mesma foi aplicada seguindo a metodologia linear correspondente a 10% a.a.

1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2023 o valor de R\$3.508.029,75 (três milhões quinhentos e oito mil e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos), uma diminuição com relação ao exercício anterior de R\$1.557.493,44 (hum milhão quinhentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos).

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar no valor de R\$3.121,23 (três mil cento e vinte e um reais e vinte e três centavos), Encargos sociais a Pagar em 2023 no valor de R\$1.453.051,84 (hum milhão quatrocentos e cinquenta e três mil e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos), com Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo no valor de R\$ 1.791.701,64 (hum milhão setecentos e noventa e um mil setecentos e um reais e sessenta e quatro centavos) e demais obrigações a curto prazo na importância de R\$260.155,04 (duzentos e sessenta mil cento e cinquenta e cinco reais e quatro centavos).

1.3.2 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.3 Demais Obrigações à Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1

1.4 Patrimônio Líquido



Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2022 foi de R\$ 7.471.928,06 (sete milhões quatrocentos e setenta e um mil novecentos e vinte e oito reais e seis centavos) e em 2023 totalizou em R\$ 8.390.579,32 (oito milhões trezentos e noventa mil quinhentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos)(compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação de R\$ 918.651,26(novecentos e dezoito mil, seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e seis centavos), de 2022 para 2023, devido a variações das operações da entidade. Tem indicador permanente.

1.5 Outras Informações relevantes:

1.5.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.5.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.5.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.5.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

1.5.5 Adequação do PIPCP:

As informações apresentadas nos Balanços Patrimonial, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao parágrafo 4 do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.



NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DA DIVIDA FLUTUANTE - DDF

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

A Demonstração da Dívida Flutuante (DDFM), originalmente concebida através do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, teve sua estrutura adaptada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco através do modelo sintético proposto na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e patrimonial utilizados na elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pela Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 11 e outras, bem como das normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A Demonstração da Dívida Flutuante do Município (DDFM), evidencia os ingressos e desembolsos extraorçamentários, permitindo aos usuários da informação, identificar as origens de valores que em algum momento foram ou estão sendo movimentados pelo Estado, porém pertencentes a terceiros, bem como dá ênfase aos restos a pagar processados e não processados

Bases de mensuração utilizadas:

O DDF foi elaborado em modelo sintético conforme determina o anexo da Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.



Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as regras estabelecidas no IPC nº 11 da STN.

Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64.

Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computados como restos a pagar.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo segue a lógica conceitual do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, adaptada pelo TCE-PE conforme modelo definido na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Subsidiariamente as retenções foram contabilizadas seguindo as regras estabelecidas no IPC nº 11.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de



Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao DDF.

Referencias Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) RESTOS A PAGAR:

O saldo dos restos a pagar ao final do exercício foi de R\$5.253.575,08 (cinco milhões duzentos e cinquenta e três mil quinhentos e setenta e cinco reais e oito centavos). A seguir será feito o desmembramento dos restos a pagar em processados e não processados.

Nota 2) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar processados ao final do exercício foi de R\$ 3.065.893,39 (três milhões e sessenta e cinco mil oitocentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos).



Nota 3) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar não processados ao final do exercício foi de R\$ 2.187.681,69 (dois milhões cento e oitenta e sete mil seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e nove centavos).

Nota 4) DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS:

O saldo final dos depósitos e consignações foi de R\$ 260.155,04 (duzentos e sessenta mil cento e cinquenta e cinco reais e quatro centavos) os quais são compostos pelas Consignações e Depósitos Não Judiciais, detalhados a seguir:

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEQUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NÃO PROC. LIQ.		
			PAGTO	CANC.	INSCR.	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2013	35,055,49	0,00	0,00	35,055,49	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2014	350,077,88	0,00	0,00	350,077,88	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2015	694,918,70	0,00	0,00	694,918,70	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2016	371,948,63	0,00	0,00	371,948,63	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	45,299,73	0,00	0,00	45,299,73	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2018	35,315,88	0,00	0,00	35,315,88	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2019	24,240,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24,240,76
EXERCÍCIO 2020	84,655,50	0,00	975,00	0,00	0,00	0,00	83,680,50
EXERCÍCIO 2021	33,254,57	0,00	16,798,00	0,00	0,00	0,00	16,456,57
EXERCÍCIO 2022	917,527,74	0,00	76,017,37	11,490,19	46,024,43	0,00	76,044,61
EXERCÍCIO 2023	0,00	2,885,470,95	0,00	0,00	0,00	0,00	2,885,470,95
Subtotal 1 2	2,592,294,68	2,885,470,95	893,790,37	1,544,108,30	46,024,43	0,00	3,065,893,39
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2012	706,00	0,00	0,00	706,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2013	135,040,04	0,00	0,00	135,040,04	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2014	1,053,704,16	0,00	0,00	1,053,704,16	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2015	289,712,87	0,00	0,00	289,712,87	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2016	5,294,20	0,00	0,00	5,294,20	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	183,296,40	0,00	0,00	183,296,40	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2018	620,158,45	0,00	0,00	620,158,45	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2019	48,271,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,271,41
EXERCÍCIO 2020	709,807,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	709,807,18
EXERCÍCIO 2021	316,107,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	316,107,88
EXERCÍCIO 2022	1,479,814,96	0,00	993,375,49	3,326,00	46,024,43	0,00	437,089,04
EXERCÍCIO 2023	0,00	676,406,18	0,00	0,00	0,00	0,00	676,406,18
Subtotal 1 3	4,842,413,55	676,406,18	993,375,49	2,291,738,12	46,024,43	0,00	2,187,681,69
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	149,616,46	1,098,046,89	977,508,41	0,00	0,00	0,00	260,155,04
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	76,874,90	285,463,59	254,632,05	87,506,44	0,00	0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	1,125,640,86	201,355,86	150,989,43	1,176,007,29	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	211,90	633,84	657,20	188,54	0,00	0,00	0,00
JSS	108,801,55	96,772,93	68,217,06	137,357,42	0,00	0,00	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA	180,260,91	17,036,88	25,157,92	172,139,87	0,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	183,017,22	47,880,01	34,980,07	195,917,16	0,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	382,47	0,00	0,00	382,47	0,00	0,00	0,00



TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NÃO PROC. LIQ.		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	148,579.72	415,452,84	416,188.43	147,844.16	0.00	0.00	0.00
OUTROS DEPÓSITOS	165,637.72	74,578.92	500.00	238,718.64	0.00	0.00	0.00
OUTROS VALORES RESISTITUIVEIS	0.00	2,276.68	2,082.51	194.17	0.00	0.00	0.00
Subtotal 4	2,138,823.71	2,208,498.54	1,800,913.05	2,157,254.16	0.00	0.00	280,155.64
TOTAL 5	9,573,531.94	5,751,375.67	3,818,078.91	5,993,098.58	46,024.43	46,024.43	5,513,730.12

Nota 5) ANÁLISE GERAL:

Houve diminuição da dívida fluante entre os exercícios anterior e atual na ordem de R\$4.059.801,82 (quatro milhões e cinquenta e nove mil oitocentos e um reais e oitenta e dois centavos), uma vez que o saldo anterior foi de R\$9.573.531,94 (nove milhões quinhentos e setenta e três mil quinhentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos), as inscrições totais foram de R\$5.751.375,67 (cinco milhões setecentos e cinquenta e um mil trezentos e setenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), os pagamentos no valor de R\$ 3.818.078,91 (três milhões oitocentos e dezoito mil e setenta e oito reais e noventa e um centavos) e cancelamentos no valor de R\$5.993.098,58 (cinco milhões novecentos e noventa e três mil e noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos). O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 5.513.730,12 (cinco milhões quinhentos e treze mil setecentos e trinta reais e doze centavos).

Outras informações relevantes:

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.



Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício. Há uma preocupação e emissão de alertas aos gestores da educação, saúde para o tratamento dado pelo TCE-PE quanto aos restos a pagar processados e não processados sem disponibilidade financeira que reduzem o montante do cálculo da aplicação dos 25% dos impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino e 15% para investimentos em Saúde.

Prescrição de Restos a Pagar:

Foram cancelados restos a pagar processados por prescrição no valor de R\$1.532.616,11 (hum milhão quinhentos e trinta e dois mil seiscentos e dezesseis reais e onze centavos), relativos aos exercícios 2013,2014,2015,2016,2017 e 2018 e não processados no valor de R\$1.668.253,67 (hum milhão seiscentos e sessenta e oito mil duzentos e cinquenta e três reais e sessenta e sete centavos), relativo aos exercícios 2013,2014,2015,2016,2017 e 2018.

Estrutura, Apresentação das Demonstrações Contábeis e ICC:

O Demonstrativo da Dívida Flutuante obedece a estrutura definido na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Foi utilizado o modelo sintético, complementado por quadros e informações adicionais em notas explicativas. Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O



somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos "restos a pagar não processados" e "restos a pagar processados" (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna "Baixa"(pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC).

O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna "Inscrição" de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE).

Há consistência no somatório das colunas "Inscritos" do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação: $((\sum IRPNP + \sum IRPP) (BO)) = \sum (\text{Saldo Anterior RP (DDF)})$ e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA).

Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro



(BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\Sigma \text{Passivo [F]} (BP) + \Sigma \text{IRPNP} - \Sigma (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (BO) + \Sigma \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \Sigma (\text{SES (DDF)})$.

Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF).

O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior.

g) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2013	7.932,14	0,00	0,00	7.932,14	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2014	268.172,37	0,00	0,00	268.172,37	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2015	220.048,78	0,00	0,00	220.048,78	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2016	3.490.864,36	0,00	0,00	3.490.864,36	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	20.917,31	0,00	0,00	20.917,31	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2018	211.797,57	0,00	0,00	211.797,57	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2019	106.884,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.884,35
EXERCÍCIO 2020	327.025,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	327.025,28
EXERCÍCIO 2021	5.776,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.776,92
EXERCÍCIO 2022	658.417,00	0,00	311.221,41	2.975,32	5.998,80	0,00	350.219,07
EXERCÍCIO 2023	0,00	6.027.795,98	0,00	0,00	0,00	0,00	6.027.795,98
Sub-total 1 2	5.317.836,08	6.027.795,98	311.221,41	4.222.707,85	5.998,80	0,00	6.817.701,60
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2013	84.983,79	0,00	0,00	84.983,79	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2014	287.585,44	0,00	0,00	287.585,44	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2015	247.565,64	0,00	0,00	247.565,64	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2016	83.376,29	0,00	0,00	83.376,29	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	265.901,74	0,00	10.000,00	255.901,74	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2018	543.449,58	0,00	0,00	543.449,58	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2019	1.204.685,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.204.685,59
EXERCÍCIO 2020	51.620,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.620,57
EXERCÍCIO 2021	122.068,47	0,00	0,00	0,16	0,00	0,00	122.068,31
EXERCÍCIO 2022	1.604.427,09	0,00	847.113,60	0,00	0,00	5.998,80	751.314,69
EXERCÍCIO 2023	0,00	507.685,74	0,00	0,00	0,00	0,00	507.685,74
Sub-total 1 3	4.495.664,20	507.685,74	857.113,60	1.502.862,64	0,00	5.998,80	2.637.374,90
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	0,00	2.200.430,06	1.996.517,42	0,00	0,00	0,00	203.912,64
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	25.571,98	535.185,92	414.295,90	0,00	0,00	0,00	146.462,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	53.162,45	862.286,58	720.432,11	0,00	0,00	0,00	195.016,92
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	50.258,26	555.050,39	485.964,97	0,00	0,00	0,00	119.343,68
ISS	13.928,98	334.935,00	288.790,55	0,00	0,00	0,00	60.073,43
PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	37.432,66	37.432,66	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	2.577,42	193.101,12	181.539,16	0,00	0,00	0,00	14.139,38
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	921,04	0,00	0,00	0,00	0,00	921,04
Sub-total 4	145.499,09	4.719.342,77	4.124.972,77	0,00	0,00	0,00	739.869,04



FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
TOTAL 5	9.958.999,37	11.254.824,49	5.293.307,78	5.725.570,49	5.998,80	5.998,80	10.194.945,59





INFORMAÇÕES GERAIS:

Fundo Municipal de Educação **CNPJ: 46.168.650/0001-41**
Rua Domingos Braga, Centro – CEP 55.890-000 – Aliança-PE

O Fundo Municipal de Educação concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “administração pública geral”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.788/2022 de 07 de Novembro de 2022 (LOA). Sua fonte financeira deriva do recebimento de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e outras fontes de arrecadação definidas em Lei.

Dados do Gestor:

Nome: Anderson Eduardo da Silva. Cargo: Gestor. Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com

Nome: Rochana Adrielly de Lira Tavares. CRC-PE n.º 22.340/O-9 E-mail: rochana975@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 438/2012 e portaria nº 1.131 de 04 de dezembro de 2021, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 10ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela portaria STN nº 548/2015 com implementação dos procedimentos patrimoniais, com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa e Demais créditos e valores a curto prazo) e Ativo Não Circulante (imobilizado e depreciação, exaustão e amortização acumuladas). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, fornecedores a conta a apagar em curto prazo e demais obrigações em curto prazo). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2023 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros



contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2023 soma R\$691.881,08 (seiscentos e noventa e um mil oitocentos e oitenta e um reais e oito centavos), diminuindo em R\$ 449.939,80 (quatrocentos e quarenta e nove mil novecentos e trinta e nove reais e oitenta centavos), em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$1.141.820,88 (um milhão cento e quarenta e um mil oitocentos e vinte reais e oitenta e oito centavos).

1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2023 foi de R\$681.724,32 (seiscentos e oitenta e um mil setecentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos), houve uma diminuição de R\$ 460.096,50 (quatrocentos e sessenta mil e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos) com relação a 2022 que foi de R\$ 1.141.820,88 (um milhão cento e quarenta e um mil oitocentos e vinte reais e oitenta e oito centavos).

1.1.2 Demais créditos e valores a curto prazo

A soma dos demais créditos e valores a curto prazo em 31/12/2023 foi de R\$576,26 (quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos), aumentando em R\$ 576,26 (quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos) em relação a 2022 que foi R\$ 0,00 (zero reais).

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Imobilizado

Imobilizado aos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2022 totalizou R\$ 2.797.898,40 (dois milhões setecentos e noventa e sete mil oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) e no exercício de 2023 o valor de R\$6.293.977,33 (seis milhões duzentos e noventa e três mil novecentos e setenta e sete reais e trinta e três centavos), sendo:



Descrição	2023	2022
Bens Móveis	3.976.895,00	3.108.776,00
Bens Imóveis	2.627.959,93	0,00
(-) Depreciação, exaustão e amortização acumuladas	-310.877,60	-310.877,60
Total	6.293.977,33	2.797.898,40

No decurso do exercício de 2023 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio do Fundo Municipal de Educação nas contas Bens Móveis (obtido em 2023 um aumento de R\$ 868.119,00 oitocentos e sessenta e oito mil cento e dezenove reais em relação ao exercício de 2022) e a contas Bens Imóveis (obtido em 2023 um aumento de R\$ 2.627.959,93 dois milhões seiscentos e vinte e sete mil novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e três centavos em relação ao exercício de 2022), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens móveis, registrado o valor global dos móveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicado permanente.

1.2.2 Depreciação

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis e imóveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2023 está acumulada em R\$ -310.877,60 permanecendo com o mesmo valor de 2022. A mesma foi aplicada seguindo a metodologia linear correspondente a 10% a.a.

1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2023 o valor de R\$8.910.659,21 (oito milhões novecentos e dez mil seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte e um centavos), um aumento com relação ao exercício anterior de R\$8.492.507,40 (oito milhões quatrocentos e noventa e dois mil quinhentos e sete reais e quarenta centavos).

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar no valor de R\$4.958,33 (quatro mil novecentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), Encargos sociais a Pagar em 2023 no valor de R\$5.174.192,68 (cinco milhões cento e setenta e quatro mil cento e noventa e dois reais e sessenta e oito centavos), com Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo no valor de R\$ 2.991.639,11 (dois milhões novecentos e



noventa e um mil seiscientos e trinta e nove reais e onze centavos) e Demais obrigações a curto prazo na importância de R\$739.869,09 (setecentos e trinta e nove mil oitocentos e sessenta e nove reais e nove centavos).

1.3.2 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.3 Demais Obrigações à Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1

1.4 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2022 foi de R\$ 3.521.567,47 (três milhões quinhentos e vinte e um mil quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos) e em 2023 totalizou em R\$ - 1.924.800,88 (um milhão novecentos e vinte e quatro mil e oitocentos reais e oitenta centavos) (compõe o PL superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação de R\$ -5.446.368,27 (cinco milhões quatrocentos e quarenta e seis mil trezentos e sessenta e oito reais e vinte e sete centavos), de 2022 para 2023, devido a variações das operações da entidade. Tem indicador permanente.

1.5 Outras Informações relevantes:

1.5.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.5.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.5.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.5.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

1.5.5 Adequação do PIPCP:

As informações apresentadas nos Balanços Patrimonial, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao parágrafo 4 do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.



NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - DDF

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

A Demonstração da Dívida Flutuante (DDFM), originalmente concebida através do Anexo da Lei Federal nº 4.320/64, teve sua estrutura adaptada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco através do modelo sintético proposto na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e patrimonial utilizados na elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pela Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 11 e outras, bem como das normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A Demonstração da Dívida Flutuante do Município (DDFM), evidencia os ingressos e desembolsos extraorçamentários, permitindo aos usuários da informação, identificar as origens de valores que em algum momento foram ou estão sendo movimentados pelo Estado, porém pertencentes a terceiros, bem como dá ênfase aos restos a pagar processados e não processados

Bases de mensuração utilizadas:

O DDF foi elaborado em modelo sintético conforme determina o anexo da Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as regras estabelecidas no IPC nº 11 da STN.

Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64.

Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computados como restos a pagar.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida



com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação. A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade

aplicáveis:

Este demonstrativo segue a lógica conceitual do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, adaptada pelo TCE-PE conforme modelo definido na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Subsidiariamente as retenções foram contabilizadas seguindo as regras estabelecidas no IPC nº 11.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao DDF.

Referencias Cruzadas e Notas Explicativas



Nota 1) RESTOS A PAGAR:

O saldo dos restos a pagar ao final do exercício foi de R\$9.455.076,50 (nove milhões quatrocentos e cinquenta e cinco mil e setenta e seis reais e cinquenta centavos). A seguir será feito o desmembramento dos restos a pagar em processados e não processados.

Nota 2) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar processados ao final do exercício foi de R\$ 6.817.701,60 (seis milhões oitocentos e dezessete mil setecentos e um reais e sessenta centavos).

Nota 3) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar não processados ao final do exercício foi de R\$2.637.374,90 (dois milhões seiscentos e trinta e sete mil trezentos e setenta e quatro reais e noventa centavos).

Nota 4) DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS:

O saldo final dos depósitos e consignações foi de R\$ 739.869,09 (setecentos e trinta e nove mil oitocentos e sessenta e nove reais e nove centavos) os quais são compostos pelas Consignações e Depósitos Não Judiciais, detalhados a seguir:



TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE	
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NÃO PROC. LIQ	BAIXA		
			PAGTO	CANC.				
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS								
EXERCÍCIO 2013	7,932,14	0,00	0,00	7,932,14	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2014	268,172,37	0,00	0,00	268,172,37	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2015	220,048,78	0,00	0,00	220,048,78	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2016	3,490,864,36	0,00	0,00	3,490,864,36	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2017	20,917,31	0,00	0,00	20,917,31	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2018	211,797,57	0,00	0,00	211,797,57	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2019	106,884,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106,884,35	
EXERCÍCIO 2020	327,026,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	327,026,28	
EXERCÍCIO 2021	5,776,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,776,96	
EXERCÍCIO 2022	658,417,00	0,00	311,221,41	2,975,32	5,998,80	0,00	350,219,00	
EXERCÍCIO 2023	0,00	6,027,795,98	0,00	0,00	0,00	0,00	6,027,795,98	
Sub-total	1 2	5,317,836,08	6,027,795,98	311,221,41	4,222,707,85	5,998,80	0,00	6,817,701,66
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS								
EXERCÍCIO 2013	84,983,79	0,00	0,00	84,983,79	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2014	287,585,44	0,00	0,00	287,585,44	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2015	247,565,64	0,00	0,00	247,565,64	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2016	83,376,29	0,00	0,00	83,376,29	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2017	265,901,74	0,00	10,000,00	255,901,74	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2018	543,449,58	0,00	0,00	543,449,58	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2019	1,204,685,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,204,685,59	
EXERCÍCIO 2020	51,620,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51,620,57	
EXERCÍCIO 2021	122,068,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122,068,47	
EXERCÍCIO 2022	1,604,427,09	0,00	847,113,60	0,00	0,00	5,998,80	751,314,69	
EXERCÍCIO 2023	0,00	507,685,74	0,00	0,00	0,00	0,00	507,685,74	
Sub-total	1 3	4,495,664,20	507,685,74	857,113,60	1,502,862,64	0,00	5,998,80	2,637,374,59
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES								
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	0,00	2,200,430,06	1,996,517,42	0,00	0,00	0,00	203,912,64	
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	25,571,98	535,185,92	414,295,90	0,00	0,00	0,00	146,462,00	
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	53,162,45	862,286,58	720,432,11	0,00	0,00	0,00	196,018,59	
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	50,258,26	555,050,39	485,964,97	0,00	0,00	0,00	119,343,69	
ISS	13,928,98	334,935,00	288,790,55	0,00	0,00	0,00	80,073,43	
PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	37,432,66	37,432,66	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	2,577,42	193,101,12	181,539,16	0,00	0,00	0,00	14,139,38	
OUTROS VALORES RESITUIVEIS	0,00	921,04	0,00	0,00	0,00	0,00	921,04	
Sub-total	4	145,499,09	4,719,342,77	4,124,972,77	0,00	0,00	0,00	739,869,09

Nota 5) ANÁLISE GERAL:

Houve aumento da dívida fluante entre os exercícios anterior e atual na ordem de R\$235.946,22 (duzentos e trinta e cinco mil novecentos e quarenta e seis reais e vinte e dois centavos), uma vez que o saldo anterior foi de R\$9.958.999,37 (nove milhões novecentos e cinquenta e oito mil novecentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos), as inscrições totais foram de R\$11.254.824,49 (onze milhões duzentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos), os pagamentos no valor de R\$ 5.293.307,78 (cinco milhões duzentos e noventa e três mil trezentos e sete reais e setenta e oito centavos) e cancelamentos no valor de R\$5.725.570,49 (cinco milhões setecentos e vinte e cinco mil quinhentos e setenta reais e quarenta e nove centavos). O saldo para o exercício seguinte foi de R\$10.194.945,59 (dez milhões cento e noventa e quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Outras informações relevantes:



Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício. Há uma preocupação de emissão de alertas aos gestores da educação, saúde para o tratamento dado pelo TCE-PE quanto aos restos a pagar processados e não processados sem disponibilidade financeira que reduzem o montante do cálculo da aplicação dos 25% dos impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino e 15% para investimentos em Saúde.

Prescrição de Restos a Pagar:

Foram cancelados restos a pagar processados por prescrição no valor de R\$4.219.732,53 (quatro milhões duzentos e dezenove mil setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e três centavos), relativos aos exercícios 2013,2014,2015,2016,2017 e 2018 e não processados no valor de R\$1.502.862,48 (um milhão quinhentos e dois mil oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos), relativo aos exercícios 2013,2014,2015,2016,2017 e 2018.

Estrutura, Apresentação das Demonstrações Contábeis e ICC:

O Demonstrativo da Dívida Flutuante obedece a estrutura definido na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Foi utilizado o modelo sintético, complementado por quadros e informações adicionais em notas explicativas. Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados



constantes nos demonstrativos de execução dos "restos a pagar não processados" e "restos a pagar processados" (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna "Baixa" (pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC).

O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna "Inscrição" de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE).

Há consistência no somatório das colunas "Inscritos" do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação: $((\sum IRPNP + \sum IRPP) (BO)) = \sum (\text{Saldo Anterior RP (DDF)})$ e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA).

Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F]} (BP) + \sum IRPNP - \sum (RNPL + RPNC) (BO) + \sum \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \sum (\text{SES (DDF)})$.

Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF).



O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior. g) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante
DEZEMBRO(31/12/2023)****ISOLADO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2013	21.947,10	0,00	0,00	21.643,35	0,00	0,00	303,75
EXERCÍCIO 2014	14.724,03	0,00	0,00	12.724,03	0,00	0,00	2.000,00
EXERCÍCIO 2015	1.648,00	0,00	0,00	1.648,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2016	79.442,21	0,00	0,00	79.442,21	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	5.478,40	0,00	0,00	5.478,40	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2018	26.523,66	0,00	0,00	26.523,66	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2019	32.174,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.174,92
EXERCÍCIO 2020	97.175,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97.175,09
EXERCÍCIO 2021	14.707,78	0,00	2.536,90	0,00	0,00	0,00	12.170,88
EXERCÍCIO 2022	110.457,18	0,00	88.220,61	0,00	37.697,23	0,00	59.933,80
EXERCÍCIO 2023	0,00	133.600,12	0,00	0,00	0,00	0,00	133.600,12
Sub-total 1 2	404.278,37	133.600,12	90.757,51	147.459,65	37.697,23	0,00	337.358,56
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2014	1.950,00	0,00	0,00	1.950,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	6.790,00	0,00	0,00	6.790,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2018	314.325,82	0,00	0,00	314.325,82	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2019	40.340,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.340,78
EXERCÍCIO 2020	20.755,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.755,04
EXERCÍCIO 2021	69.247,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.247,91
EXERCÍCIO 2022	338.969,32	0,00	114.378,90	0,00	0,00	37.697,23	186.893,19
EXERCÍCIO 2023	0,00	77.250,24	0,00	0,00	0,00	0,00	77.250,24
Sub-total 1 3	792.378,87	77.250,24	114.378,90	323.065,82	0,00	37.697,23	394.487,16
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	239,40	26.294,48	22.663,51	0,00	0,00	0,00	3.870,37
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	3.657,95	120.531,79	109.778,77	14.410,97	0,00	0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	78.900,44	11.967,27	1.305,00	0,00	0,00	0,00	89.562,71
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	30.900,57	6.620,00	40,00	37.480,57	0,00	0,00	0,00
ISS	31.802,05	12.222,71	5.421,96	38.602,80	0,00	0,00	0,00
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	863,80	12.117,14	12.921,12	59,82	0,00	0,00	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA	8.484,00	6.600,00	59,82	15.024,18	0,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	1.596,30	0,00	0,00	1.596,30	0,00	0,00	0,00
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	45.428,67	29.297,64	27.831,81	44.590,75	0,00	0,00	2.303,75
OUTROS DEPÓSITOS	304,28	288,54	572,75	20,07	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	2.133,42	1.654.372,90	1.656.506,32	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total 4	204.310,88	1.880.312,47	1.837.101,06	151.785,46	0,00	0,00	95.736,88



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
TOTAL	1.400.968,12	2.091.162,83	2.042.237,47	622.310,93	37.697,23	37.697,23	827.582,55

Digite o texto aqui





INFORMAÇÕES GERAIS:

Fundo Municipal de Assistência Social **CNPJ: 12.497.273/0001-72**

Rua Domingos Braga, Centro – CEP 55.890-000 – Aliança-PE

O Fundo Municipal de Assistência Social concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Público” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.788/2022 de 07 de Novembro de 2022 (LOA). Sua fonte financeira deriva do recebimento de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e outras fontes de arrecadação definidas em Lei.

Dados do Gestor:

Nome: Ana Carla de Moura Freitas. Cargo: Gestora. Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com

Nome: Rochana Adrielly de Lira Tavares. CRC-PE nº 22.340/O-9 E-mail: rochana975@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 438/2012 e portaria nº 1.131 de 04 de dezembro de 2021, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 10ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela portaria STN nº 548/2015 com a implementação dos procedimentos patrimoniais, com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa e Demais créditos e valores a curto prazo) e Ativo Não Circulante (imobilizado e depreciação, exaustão e amortização acumuladas). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, fornecedores a conta a apagar em curto prazo e demais obrigações em curto prazo). No quadro principal na coluna



Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2023 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2023 soma R\$559.496,05 (quinhentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e noventa e seis reais e cinco centavos), diminuindo em R\$ 1.470.985,09 (um milhão quatrocentos e setenta mil novecentos e oitenta e cinco reais e nove centavos), em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$2.030.481,14 (dois milhões e trinta mil quatrocentos e oitenta e um reais e quatorze centavos).

1.1.1 Caixa e equivalente de caixa



A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2023 foi de R\$558.817,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil oitocentos e dezessete reais), houve uma diminuição de R\$ 1.471.664,14 (hum milhão quatrocentos e setenta e um mil seiscentos e sessenta e quatro reais e quatorze centavos) com relação a 2022 que foi de R\$ 2.030.481,14 (dois milhões e trinta mil quatrocentos e oitenta e um reais e quatorze centavos).

1.1.2 Demais créditos e valores a curto prazo

A soma dos demais créditos e valores a curto prazo em 31/12/2023 foi de R\$0,00 (zero reais), permanecendo com o mesmo valor com relação a 2022.

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Imobilizado

Imobilizado aos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2022 totalizou R\$ 304.379,11 (trezentos e quatro mil trezentos e setenta e nove reais e onze centavos) e no exercício de 2023 o valor de R\$317.470,78 (trezentos e dezessete mil quatrocentos e setenta reais e setenta e oito centavos), sendo:

Descrição	2023	2022
Bens Móveis	325.181,35	312.089,68
Bens Imóveis	12.367,29	12.367,29
(-) Depreciação, exaustão e amortização acumuladas	-20.077,86	-20.077,86
Total	317.470,78	304.379,11

No decurso do exercício de 2023 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio do Fundo Municipal de Assistência Social nas contas Bens Móveis (obtido em 2023 um aumento de R\$ 13.091,67 treze mil e noventa e um reais e sessenta e sete centavos em relação ao exercício de 2022) e nas contas de Bens Imóveis (permanecendo em 2023 com o mesmo valor em relação ao exercício de 2022 de R\$12.367,29 doze mil trezentos e sessenta e sete reais e vinte e nove centavos), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens móveis, registrado o valor global dos móveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela



Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.2 Depreciação

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis e imóveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2023 está acumulada em R\$ - 20.077,86 (vinte mil e setenta e sete reais e oitenta e seis centavos) permanecendo com o mesmo valor de 2022. A mesma foi aplicada seguindo a metodologia linear correspondente a 10% a.a.

1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2023 o valor de R\$444.484,07 (quatrocentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e sete centavos), uma diminuição com relação ao exercício anterior de R\$175.493,86 (cento e setenta e cinco mil quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e seis centavos).

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar no valor de R\$42.137,43 (quarenta e dois mil cento e trinta e sete reais e quarenta e três centavos), Encargos sociais a Pagar em 2023 no valor de R\$50.669,93 (cinquenta mil seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e três centavos), com Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo no valor de R\$ 253.939,88 (duzentos e cinquenta e três mil novecentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos) e Demais obrigações a curto prazo na importância de R\$97.736,83 (noventa e sete mil setecentos e trinta e seis reais e oitenta e três centavos).

1.3.2 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.3 Demais Obrigações à Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1

1.4 Patrimônio Líquido



Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2022 foi de R\$ 1.714.882,32 (um milhão setecentos e quatorze mil oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos) e em 2023 totalizou em R\$ 432.482,76 (quatrocentos e trinta e dois mil quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos)(compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação de R\$1.282.399,56 (um milhão duzentos e oitenta e dois mil trezentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos), de 2022 para 2023, devido a variações das operações da entidade. Tem indicador permanente.

1.5 Outras Informações relevantes:

1.5.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.5.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.5.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.5.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

1.5.5 Adequação do PIPCP:

As informações apresentadas nos Balanços Patrimonial, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao parágrafo 4 do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.



NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - DDF

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

A Demonstração da Dívida Flutuante (DDFM), originalmente concebida através do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, teve sua estrutura adaptada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco através do modelo sintético proposto na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e patrimonial utilizados na elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pela Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 11 e outras, bem como das normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A Demonstração da Dívida Flutuante do Município (DDFM), evidencia os ingressos e desembolsos extraorçamentários, permitindo aos usuários da informação, identificar as origens de valores que em algum momento foram ou estão sendo movimentados pelo Estado, porém pertencentes a terceiros, bem como dá ênfase aos restos a pagar processados e não processados

Bases de mensuração utilizadas:

O DDF foi elaborado em modelo sintético conforme determina o anexo da Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.



Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as regras estabelecidas no IPC nº 11 da STN.

Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64.

Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computados como restos a pagar.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo segue a lógica conceitual do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, adaptada pelo TCE-PE conforme modelo definido na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Subsidiariamente as retenções foram contabilizadas seguindo as regras estabelecidas no IPC nº 11.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de



Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao DDF.

Referencias Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) RESTOS A PAGAR:

O saldo dos restos a pagar ao final do exercício foi de R\$731.845,72 (setecentos e trinta e um mil oitocentos e quarenta e cinco reais e setenta e dois centavos). A seguir será feito o desmembramento dos restos a pagar em processados e não processados.

Nota 2) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar processados ao final do exercício foi de R\$337.358,56 (trezentos e trinta e sete mil trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).



Nota 3) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar não processados ao final do exercício foi de R\$394.487,16 (trezentos e noventa e quatro mil quatrocentos e oitenta e sete reais e dezesseis centavos).

Nota 4) DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS:

O saldo final dos depósitos e consignações foi de R\$ 95.736,83 (noventa e cinco mil setecentos e trinta e seis reais e oitenta e três centavos) os quais são compostos pelas Consignações e Depósitos Não Judiciais, detalhados a seguir:

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEQUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NÃO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2013	21.947,10	0,00	0,00	21.643,35	0,00	0,00	303,75
EXERCÍCIO 2014	14.724,03	0,00	0,00	12.724,03	0,00	0,00	2.000,00
EXERCÍCIO 2015	1.648,00	0,00	0,00	1.648,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2016	79.442,21	0,00	0,00	79.442,21	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	5.478,40	0,00	0,00	5.478,40	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2018	26.523,66	0,00	0,00	26.523,66	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2019	32.174,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.174,92
EXERCÍCIO 2020	97.175,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97.175,09
EXERCÍCIO 2021	14.707,78	0,00	2.536,90	0,00	0,00	0,00	12.170,88
EXERCÍCIO 2022	110.457,18	0,00	88.220,61	0,00	37.697,23	0,00	56.933,80
EXERCÍCIO 2023	0,00	133.600,12	0,00	0,00	0,00	0,00	133.600,12
Subtotal 1 2	404.278,37	133.600,12	90.757,51	147.459,65	37.697,23	0,00	337.358,56
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2014	1.950,00	0,00	0,00	1.950,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	6.790,00	0,00	0,00	6.790,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2018	314.325,82	0,00	0,00	314.325,82	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2019	40.340,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.340,78
EXERCÍCIO 2020	20.755,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.755,04
EXERCÍCIO 2021	69.247,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.247,91
EXERCÍCIO 2022	338.969,32	0,00	114.378,90	0,00	0,00	37.697,23	186.893,19
EXERCÍCIO 2023	0,00	77.250,24	0,00	0,00	0,00	0,00	77.250,24
Subtotal 1 3	790.378,87	77.250,24	114.378,90	323.065,82	0,00	37.697,23	394.487,16
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	239,40	26.294,48	22.663,51	0,00	0,00	0,00	3.870,37
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	3.657,95	120.531,79	106.778,77	14.410,97	0,00	0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	78.900,44	11.967,27	1.305,00	0,00	0,00	0,00	89.562,71
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	30.900,57	6.620,00	40,00	37.480,57	0,00	0,00	0,00
ISS	31.802,05	12.222,71	5.421,96	38.602,60	0,00	0,00	0,00
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	863,90	12.117,14	12.921,12	69,82	0,00	0,00	0,00
PENSAO ALIMENTICIA	8.484,00	6.600,00	59,82	15.024,18	0,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	1.596,30	0,00	0,00	1.596,30	0,00	0,00	0,00
OUTROS CONSIGNATÓRIOS	45.428,67	28.297,64	27.831,81	44.590,75	0,00	0,00	2.303,75
OUTROS DEPÓSITOS	304,28	288,54	572,75	20,07	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES RESISTIVÉIS	2.133,42	1.654.372,90	1.656.506,32	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal 4	204.310,88	1.880.312,47	1.837.101,06	151.785,46	0,00	0,00	95.736,83



Nota 5) ANÁLISE GERAL:

Houve diminuição da dívida fluante entre os exercícios anterior e atual na ordem de R\$573.385,57 (quinhentos e setenta e três mil trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), uma vez que o saldo anterior foi de R\$1.400.968,12 (um milhão e quatrocentos mil novecentos e sessenta e oito reais e doze centavos), as inscrições totais foram de R\$2.091.162,83 (dois milhões e noventa e um mil cento e sessenta e dois reais e oitenta e três centavos), os pagamentos no valor de R\$ 2.042.237,47 (dois milhões e quarenta e dois mil duzentos e trinta e sete reais e quarenta e sete centavos) e cancelamentos no valor de R\$622.310,93 (seiscentos e vinte e dois mil trezentos e dez reais e noventa e três centavos). O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 827.582,55 (oitocentos e vinte e sete mil quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

Outras informações relevantes:

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores



relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício. Há uma preocupação e emissão de alertas aos gestores da educação, saúde para o tratamento dado pelo TCE-PE quanto aos restos a pagar processados e não processados sem disponibilidade financeira que reduzem o montante do cálculo da aplicação dos 25% dos impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino e 15% para investimentos em Saúde.

Prescrição de Restos a Pagar:

Foram cancelados restos a pagar processados por prescrição no valor de R\$147.459,65 (cento e quarenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), relativos aos exercícios 2013,2014,2015,2016,2017 e 2018 e não processados no valor de R\$323.065,82 (trezentos e vinte e três mil e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), relativo aos exercícios 2014,2017 e 2018.

Estrutura, Apresentação das Demonstrações Contábeis e ICC:

O Demonstrativo da Dívida Flutuante obedece a estrutura definido na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Foi utilizado o modelo sintético, complementado por quadros e informações adicionais em notas explicativas. Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos "restos a pagar não processados" e "restos a pagar processados" (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna "Baixa"(pagamento e cancelamento), no Demonstrativo



da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC).

O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna "Inscrição" de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE).

Há consistência no somatório das colunas "Inscritos" do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação: $((\sum IRPNP + \sum IRPP) (BO)) = \sum (\text{Saldo Anterior RP (DDF)})$ e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA).

Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F] (BP)} + \sum IRPNP - \sum (RNPL + RPNC) (BO) + \sum \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \sum (\text{SES (DDF)})$.



Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF).

O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior.

g) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.

FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante**

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 4 - FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2014	23,76	0,00	0,00	23,76	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2015	31,91	0,00	0,00	31,91	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	1.210,00	0,00	0,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2022	476,00	0,00	384,00	0,00	0,00	0,00	92,00
EXERCÍCIO 2023	0,00	4.848,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.848,00
Sub-total 1 2	1.741,67	4.848,00	384,00	1.265,67	0,00	0,00	4.940,00
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2015	18.072,45	0,00	0,00	18.072,45	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2022	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total 1 3	21.072,45	0,00	3.000,00	18.072,45	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	15.041,06	1.003,09	592,79	0,00	0,00	0,00	15.451,36
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	95,20	72,70	0,00	0,00	0,00	0,00	167,90
ISS	1.292,40	439,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1.732,35
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	70,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00
OUTROS DEPÓSITOS	711,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	711,00
Sub-total 4	17.209,66	1.515,74	592,79	0,00	0,00	0,00	18.132,61
TOTAL 5	40.023,78	6.363,74	3.976,79	19.338,12	0,00	0,00	23.072,61





INFORMAÇÕES GERAIS:

Fundo da Criança e do Adolescente CNPJ: 10.164.028/0001-18
Rua Domingos Braba, Centro – CEP 55.890-000 – Aliança-PE

O Fundo da Criança e do Adolescente concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.788/2022 de 07 de Novembro de 2022 - LOA. Sua fonte financeira deriva do recebimento de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e outras fontes de arrecadação definidas em Lei.

Dados do Gestor:

Nome: Xisto Lourenço de Freitas Neto. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com
Nome: Rochana Adrielly de Lira Tavares. CRC-PE nº 22.340/O-9 E-mail: rochana975@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 438/2012 e portaria nº 1.131 de 04 de dezembro de 2021, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 10ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela portaria STN nº 548/2015 com a implementação dos procedimentos patrimoniais, com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa) e Ativo Não Circulante (imobilizado). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, fornecedores a conta a apagar em curto prazo e demais obrigações em curto prazo). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e



passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2023 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2023 soma R\$18.729,41 (dezoito mil setecentos e vinte e nove reais e quarenta e um centavos), diminuindo em R\$8.311,95 (oito mil trezentos e onze reais e noventa e cinco centavos), em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$27.041,36 (vinte e sete mil e quarenta e um reais e trinta e seis centavos).

1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2023 soma R\$18.729,41 (dezoito mil setecentos e vinte e nove reais e quarenta e um centavos), diminuindo em R\$8.311,95 (oito mil trezentos e onze reais e noventa e cinco centavos), em relação



ao exercício de 2022 que foi de R\$27.041,36 (vinte e sete mil e quarenta e um reais e trinta e seis centavos).

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Imobilizado

Imobilizado aos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2022 totalizou R\$2.718,40 (dois mil setecentos e dezoito reais e quarenta centavos). No exercício de 2023 permaneceu com o mesmo montante de R\$ 2.718,40 (dois mil setecentos e dezoito reais e quarenta centavos) sendo:

Descrição	2023	2022
Bens Móveis	3.398,00	3.398,00
(-) Depreciação, exaustão e amortização acumuladas	-679,60	-679,60
Total	2.718,40	2.718,40

No decurso do exercício de 2023 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio do Fundo da Criança e do Adolescente e Móveis (permanecendo com o mesmo valor em relação ao ano de 2022), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens móveis, registrado o valor global dos móveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.2 Depreciação

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2023 está acumulada em R\$ - 679,60 (seiscentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) e em 2022 permaneceu com o mesmo valor. A mesma foi aplicada seguindo a metodologia linear correspondente a 10% a.a.



1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2023 o valor de R\$ 23.072,61 (vinte e três mil e setenta e dois reais e sessenta e um centavos) e em relação a 2022 foi de R\$18.951,33 (dezoito mil novecentos e cinquenta e um reais e trinta e três centavos).

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar e Encargos sociais a Pagar em 2023 no valor de R\$1.384,00 (hum mil trezentos e oitenta e quatro reais) , com Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo no valor de R\$ 3.556,00 (três mil quinhentos e cinquenta e seis reais) e Demais Obrigações a Curto Prazo na importância de R\$18.132,61 (dezoito mil cento e trinta e dois reais e sessenta e um centavos).

1.3.2 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.3 Demais Obrigações à Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1

1.4 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2022 foi de R\$ 10.808,43 (dez mil oitocentos e oito reais e quarenta e três centavos) e em 2023 totalizou em R\$ - 1.624,80 (hum mil seiscentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos) (compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação de R\$ -12.433,23 (doze mil quatrocentos e trinta e três reais e vinte e três centavos) de 2022 para 2023, devido a variações das operações da entidade. Tem indicador permanente.

1.5 Outras Informações relevantes:

1.5.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.5.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.



1.5.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.5.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

1.5.5 Adequação do PIPCP:

As informações apresentadas nos Balanços Patrimonial, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao parágrafo 4 do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.





NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - DDF

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

A Demonstração da Dívida Flutuante (DDFM), originalmente concebida através do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, teve sua estrutura adaptada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco através do modelo sintético proposto na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e patrimonial utilizados na elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pela Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 11 e outras, bem como das normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A Demonstração da Dívida Flutuante do Município (DDFM), evidencia os ingressos e desembolsos extraorçamentários, permitindo aos usuários da informação, identificar as origens de valores que em algum momento foram ou estão sendo movimentados pelo Estado, porém pertencentes a terceiros, bem como dá ênfase aos restos a pagar processados e não processados

Bases de mensuração utilizadas:

O DDF foi elaborado em modelo sintético conforme determina o anexo da Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.



Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as regras estabelecidas no IPC nº 11 da STN.

Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64.

Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computados como restos a pagar.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo segue a lógica conceitual do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, adaptada pelo TCE-PE conforme modelo definido na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Subsidiariamente as retenções foram contabilizadas seguindo as regras estabelecidas no IPC nº 11.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de



Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao DDF.

Referencias Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) RESTOS A PAGAR:

O saldo dos restos a pagar ao final do exercício foi de R\$4.940,00 (quatro mil novecentos e quarenta reais). A seguir será feito o desmembramento dos restos a pagar em processados e não processados.

Nota 2) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar processados ao final do exercício foi de R\$4.940,00 (quatro mil novecentos e quarenta reais).

Nota 3) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar não processados ao final do exercício foi de R\$0,00



(zero reais) .

Nota 4) DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS:

O saldo final dos depósitos e consignações foi de R\$ 18.132,61 (dezoito mil cento e trinta e dois reais e sessenta e um centavos) os quais são compostos pelas Consignações e Depósitos Não Judiciais, detalhados a seguir:

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO FI O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NÃO PROC. LIQ	INSCR	
			PAGTO	CANC.			
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2014	23,76	0,00	0,00	23,76	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2015	31,91	0,00	0,00	31,91	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	1.210,00	0,00	0,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2022	476,00	0,00	384,00	0,00	0,00	0,00	92,00
EXERCÍCIO 2023	0,00	4.848,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.848,00
Sub-total 1 2	1.741,67	4.848,00	384,00	1.265,67	0,00	0,00	4.940,00
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2015	18.072,45	0,00	0,00	18.072,45	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2022	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total 1 3	21.072,45	0,00	3.000,00	18.072,45	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	15.041,06	1.003,09	592,79	0,00	0,00	0,00	15.451,36
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	95,20	72,70	0,00	0,00	0,00	0,00	167,90
ISS	1.292,40	439,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1.732,35
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	70,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00
OUTROS DEPÓSITOS	711,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	711,00
Sub-total 4	17.209,66	1.515,74	592,79	0,00	0,00	0,00	18.132,61
TOTAL 5	40.023,78	6.363,74	3.976,79	19.338,12	0,00	0,00	23.072,61

Nota 5) ANÁLISE GERAL:

Houve diminuição da dívida fluante entre os exercícios anterior e atual na ordem de R\$16.951,17 (dezesseis mil novecentos e cinquenta e um reais e dezessete centavos), uma vez que o saldo anterior foi de R\$40.023,78 (quarenta mil e vinte e três reais e setenta e oito centavos), as inscrições totais foram de R\$6.363,74 (seis mil trezentos e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos), os pagamentos no valor de R\$ 3.976,79 (três mil novecentos e setenta e seis reais e setenta e nove centavos) e cancelamentos no valor de R\$ 19.338,12 (dezenove mil trezentos e trinta e oito reais e doze centavos). O saldo para o exercício seguinte foi de R\$23.072,61 (vinte e três mil e setenta e dois reais e sessenta e um centavos).



Outras informações relevantes:

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício. Há uma preocupação e emissão de alertas aos gestores da educação, saúde para o tratamento dado pelo TCE-PE quanto aos restos a pagar processados e não processados sem disponibilidade financeira que reduzem o montante do cálculo da aplicação dos 25% dos impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino e 15% para investimentos em Saúde.

Prescrição de Restos a Pagar:

Foram cancelados restos a pagar processados por prescrição no valor de R\$1.265,67 (hum mil duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), relativos aos exercícios 2014,2015 e 2017 e não processados no valor de R\$18.072,45 (dezoito mil e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos)



, relativo ao exercício 2015.

Estrutura, Apresentação das Demonstrações Contábeis e ICC:

O Demonstrativo da Dívida Flutuante obedece a estrutura definido na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Foi utilizado o modelo sintético, complementado por quadros e informações adicionais em notas explicativas. Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos "restos a pagar não processados" e "restos a pagar processados" (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna "Baixa"(pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC).

O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna "Inscrição" de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE).

Há consistência no somatório das colunas "Inscritos" do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao



Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação: $((\sum \text{IRPNP} + \sum \text{IRPP}) (\text{BO})) = \sum (\text{Saldo Anterior RP (DDF)})$ e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA).

Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F] (BP)} + \sum \text{IRPNP} - \sum (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (\text{BO}) + \sum \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \sum (\text{SES (DDF)})$.

Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF).

O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior.
g) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com



o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.

